

“Você não morreu ainda?” – Narrativa, Experiência e Memória a partir do Massacre do Carandiru

Adriana Rezende Faria Taets Silva¹

¹Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá, Itajubá, MG, Brasil

Resumo

As narrativas de um evento de extrema violência elaboram um entendimento sobre uma experiência limite. É seguindo os fios tecidos pelas narrativas do Massacre do Carandiru, à luz da contribuição de autoras, como Veena Das (1999; 2007; 2011) e Carruthers (2011), que busco compreender as maneiras pelas quais sobreviventes do Massacre do Carandiru reconstruíram a experiência cotidiana e elaboraram memoriais sobre os mortos. Tendo como base de análise os livros *Sobrevivente André Du Rap (do Massacre do Carandiru)* (2001), de André Du Rap e Bruno Zeni, e *Pavilhão 9 – Paixão e Morte no Carandiru* (2002), de Hosmany Ramos, volumes que trazem a público narrativas do Massacre, realizou-se uma análise das narrativas produzidas, a partir de uma etnografia da violência, com o intuito de compreender os modos pelos quais foram elaboradas e os sentidos que carregam consigo, auxiliando nos entendimentos pautados pela noção de experiência.

Palavras-chave: Memória. Narrativa. Violência. Memorial. Massacre do Carandiru.

“Haven’t you died yet?” – Narrative, Experience and Memory from the Carandiru Massacre

Abstract

The narratives of an extreme violent events can produce an understanding about the limit experiences. Following the woven threads by the narratives of the Carandiru Massacre, following Veena Das (1999; 2007; 2011) and Carruthers (2011) theory contributions, this article aims to analyze the mode in wich the Carandiru’s survivors rebuilt the expirience os everyday life and elaborated memorials of death. Based on the analysis of two books, *Sobrevivente André Du Rap (do Massacre do Carandiru)* (2001), by André Du Rap and Bruno Zeni, and *Pavilhão 9 – Paixão e Morte no Carandiru* (2002) by Hosmany Ramos, wich bring the public the Massacre narratives, an analysis of the narrative was carried out, based on a violence ethnography, in order to produce an understanding the ways in wich they were elaboratedand the meanings they carry with them, elaborating understandings guided by the notion of experience.

Keywords: Memory. Narrative. Violence. Memorial. Carandiru’s Massacre.

Recebido em: 07/05/2021

Aceito em: 16/08/2021



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

No dia 2 de outubro de 1992, após uma invasão do Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo no Pavilhão 9, em um dos pavilhões da Casa de Detenção de São Paulo, no bairro do Carandiru, 111 presos foram mortos, segundo as informações oficiais. A invasão se deu com a intenção de conter uma rebelião causada por uma briga entre detentos. No dia seguinte, o evento ficou conhecido internacionalmente como o *Massacre do Carandiru*.

Tão logo o *Massacre* teve fim – quando os tiros cessaram, os cachorros policiais pararam de atacar e as baionetas deixaram de agredir os presos, quando os familiares dos detentos se aglomeravam do lado de fora dos muros do Carandiru em busca de notícias – os presos deram início ao trabalho de carregar os corpos – já mortos – de seus colegas, limpando os destroços e apagando muitos dos vestígios do horror que ocorreu ali. Relatos dos sobreviventes afirmam que os policiais obrigaram os presos a carregarem os cadáveres, já que temiam o contato com seu sangue e uma possível contaminação por HIV. Sangue, aliás, que escorria como um rio caindo pela escada que dava acesso aos andares do pavilhão, rio vermelho que foi lavado pelos próprios detentos, aqueles que sobreviveram ao *Massacre* e precisaram retornar ao local da tragédia para eliminar os vestígios da matança¹. Findo o trabalho de limpeza, os sobreviventes foram encaminhados a hospitais próximos ao presídio, receberam atendimento médico e aos poucos retornaram ao Carandiru, não para o Pavilhão 9, que restou inteiramente destruído, mas para aqueles pavilhões que não foram atingidos pela tragédia.

A noção de experiência a partir de eventos críticos foi bastante trabalhada por Veena Das (2007), que aponta o cotidiano como o lugar privilegiado para uma compreensão da violência. O evento crítico – o *Massacre*, no nosso caso, ou a Partição da Índia², no caso da análise da autora – é o momento do extraordinário, da violência extrema, em que a própria noção do humano é colocada em xeque. Diante de eventos como esses, o retorno ao cotidiano representa o momento em que a vida, com todas suas relações, pode ser reconstruída, reinventada e reinterpretada. Assim que, ao retornarem ao Carandiru, sendo alocados em outros pavilhões, os sobreviventes dão início ao um processo de reconstrução da experiência prisional, das relações com os familiares e das resistências

¹ A artista Lygia Pape realiza uma instalação no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica, em 2001, intitulada *Carandiru*, na qual uma cachoeira de águas vermelhas faz uma alusão ao rio de sangue derramado no Pavilhão 9, no dia do *Massacre*.

² O processo de independência da Índia em relação à Grã-Bretanha se deu entre os anos de 1947 e 1948 e culminou na criação de dois estados independentes: Índia e Paquistão. Esse processo, no entanto, não se deu de forma pacífica, já que os antigos colonos lutavam contra o domínio inglês ao mesmo tempo em que disputavam o poder a partir de grupos identitários muçulmanos e hindus.

em relação ao Estado; e é nessa volta que constroem seu entendimento acerca da vida e da morte após o *Massacre*.

A análise de Veena Das e o que ela chama de etnografia da violência inspiram de perto a compreensão do *Massacre* do Carandiru, como evento crítico. Ao se deter sobre as maneiras pelas quais homens e mulheres reconstruíram suas vidas e relações depois de dois eventos críticos – a Partição da Índia, em 1947 e 1948; e os tumultos que tomaram lugar em Délhi depois do assassinato de Indira Gandhi, em 1984³ – Das se vê diante de narrativas que indicam a presença de graves violações aos homens e mulheres envolvidos, como raptos, estupros, tortura e assassinatos; narrativas do horror que a interessam em função dos modos diversos a partir das quais são construídas e, principalmente, em razão do que é reconstruído pelo trabalho de narrar ao longo do tempo. É na interseção entre a irrupção do evento crítico e a construção narrativa que a autora encontra a dimensão da experiência da violência e da reconstrução do cotidiano. É justamente por meio das composições narrativas que as pessoas envolvidas com a Partição de 1947 e 1948 e os tumultos de 1984 reconstroem a compreensão acerca do que é a vida, as relações, a família, a dignidade, a memória, o casamento etc.; é por meio dos relatos que os sujeitos organizam a experiência da violência extrema, construindo um novo mundo possível⁴.

Para Veena Das, as narrativas da violência não são quadros estáticos, antes, são o resultado de uma elaboração cuidadosa pautada no equilíbrio entre aquilo que é possível falar, dizer, narrar sobre os eventos violentos e o que deve ser silenciado: é a própria sociedade quem delimita a fronteira do dizível. Das aponta, então, para um “conhecimento venenoso” (DAS, 2007): experiências vivenciadas que devem ser caladas para que não desestabilizem o tecido social, o que geralmente se relaciona com a violência extrema como raptos e estupros de mulheres que, se tornados conhecidos, trarão desonra para toda a família, e não apenas para as mulheres que foram as vítimas. Essas experiências não são, portanto, elaboradas em formas narrativas, antes, cristalizam-se em espectros congelados, imagens hiperbólicas de uma violência sem rosto e, portanto, sem humanidade.

O manejo do silêncio, algo que aponta para o indizível da violência também é trabalhado pelas vítimas sobreviventes do Holocausto. Ao entrevistar longamente sobreviventes do Holocausto, Pollak (2010) analisa o silêncio como uma importante estratégia para o retorno e a reconstrução da vida social. A recusa às narrativas sobre a experiência extrema dos campos de concentração nazista não indica necessariamente esquecimento, antes, pode ser compreendida como uma forma de adaptação à nova vida a partir de uma escolha entre o que deve ser dito, lembrado, narrado, e o que deve ser calado. Ainda que Pollak não se refira ao indizível como um resultado do mundo possível a que alude Veena Das, a leitura conjunta desses dois autores permite um entendimento sobre a elaboração da memória de eventos extremos como um manejo entre a narrativa e o silêncio a partir de um trânsito entre limites sociais possíveis.

³ Indira Gandhi, primeira ministra indiana por quase vinte anos, foi assassinada por dois de seus seguranças, no jardim de sua residência, em outubro de 1984. Os assassinos eram parte do grupo étnico-religioso Sikh, que passou a ser perseguido depois do assassinato da primeira-ministra.

⁴ Das trabalha a noção de “mundo possível” ao identificar os limites preestabelecidos pela cultura *punjabi*. Os eventos críticos desestabilizam a noção de humano, no entanto, é o arcabouço cultural o que vai estabelecer os limites para a reconstrução do humano, determinando, portanto, o que é possível ou não. Para a autora, no entanto, o entendimento desse mundo possível se dá por meio do trabalho narrativo e do trabalho do tempo.

Seguindo as sugestões de Veena Das, é possível então afirmar que as narrativas sobre o *Massacre* do Carandiru também são relatos decorrentes de um mundo possível, sendo resultado daquilo que é permitido narrar e que a relação entre o evento que tomou o Pavilhão 9 no dia 2 de outubro de 1992 e as vidas daqueles que lá estavam naquele dia deve ser compreendida a partir da tentativa de reconstrução do cotidiano por parte daqueles que sobreviveram à invasão do Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo. Os sobreviventes carregaram os corpos dos companheiros mortos, lavaram os pavimentos, foi preciso testemunhar, realizar exames de corpo delito, produzir provas, assim como voltar a viver no presídio, reconhecer a ausência dos companheiros mortos, reconstruir a vida na prisão de antes. Em meio a tudo isso, ainda não era possível falar sobre o *Massacre*. É quando o tempo realiza o seu trabalho, como bem indica Veena Das (1999), abrindo um espaço para a elaboração de narrativas, anos depois do evento, que a experiência dele pode ser elaborada. Tempo que também foi essencial para as mulheres entrevistadas por Pollak (2010), que só puderam falar e dar testemunho sobre a experiência do Holocausto anos depois do ocorrido, quando elas mesmas acreditavam ter “esquecido” o horror.

As narrativas dos sobreviventes do *Massacre* do Carandiru formam uma miríade de textos pautados na noção de experiência e no trabalho de reconstrução do cotidiano, sobre o qual fala Veena Das. Mas, de novo: tais relatos não surgiram assim que o Batalhão de Choque deixou o Pavilhão 9; foi preciso que os anos passassem para que estes textos fossem elaborados, juntamente com a reconstrução das vidas dos sujeitos, das relações entre eles, da memória, do cotidiano. Assim que, não por acaso, quase uma década depois, as narrativas dos sobreviventes começam a povoar o imaginário social sobre o *Massacre*⁵, oferecendo uma nova perspectiva sobre aquele evento – a perspectiva da experiência. Experiência não apenas do horror, mas da reconstrução da vida após o evento violento. As narrativas dos presos funcionam, assim, como relatos do que foi vivido, mas também, e principalmente, como uma estratégia de sobrevivência, como aquilo que permite um retorno à vida depois do acontecimento extremo. É por meio da construção das narrativas – textos diversos e diferentes sobre o *Massacre* e sobre a prisão – que os presos reelaboram as relações e significações de seu mundo, marcado pela lembrança do *Massacre*, pela opressão contínua do Estado e pelo medo de que algo pior ocorra no momento seguinte.

Na década de 2000, livros produzidos por presos alcançaram o mercado editorial, alguns deles tendo o *Massacre* como o ponto de partida da escrita. Entre eles, estão *Sobrevivente André Du Rap (do Massacre do Carandiru)* e *Pavilhão 9: Paixão e Morte no Carandiru*, o primeiro de autoria de André Du Rap e Bruno Zeni, o último de Hosmany Ramos. Outros volumes foram publicados na mesma década, como *Memórias de um Sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, *Diário de um Detento*, de Jocenir, *Vidas do Carandiru*, de Humberto Rodrigues, entre outros.

Há ainda um conjunto de textos e narrativas que dão conta do *Massacre* como evento crítico, como textos jornalísticos, jurídicos e artísticos, filmes e documentários, obras técnicas ou de intervenção. O que diferencia esse grupo de narrativas daquelas elencadas acima é exatamente o caráter de experiência da primeira, ou seja, os textos

⁵ Realizo, em outro momento (TAETS SILVA, 2020), uma análise sobre as múltiplas narrativas que foram produzidas a partir do Massacre do Carandiru.

dos presos narram a prisão e o *Massacre* do Carandiru a partir de dispositivos da memória que constroem o passado, de forma a reconstruir o presente, como assinala Veena Das. São então estes textos que nos interessam como ponto de partida para a compreensão dos modos a partir dos quais a memória é construída sobre a violência extrema e a partir dela, assim como uma compreensão sobre o que as narrativas da violência produzem como artefatos na vida social, fazendo circular imagens e imaginários sobre a violência extrema, sobre o ser humano e sobre a prisão.

As narrativas do *Massacre* do Carandiru são elaboradas a partir da perspectiva dos sobreviventes, o que as aproxima da literatura de testemunho, que tem como seu principal objeto de análise e estudo os relatos dos sobreviventes do holocausto, sendo Primo Lévi o principal expoente desse tipo de texto, o que produziu uma infinidade de análises posteriores. Apesar da proximidade com esse tipo de narrativa e análise, o interesse deste artigo está pautado mais na construção social da memória e da vida social após o evento traumático que na análise da construção textual do testemunho. Ainda que o texto – na sua forma narrativa – seja o elemento central da análise ora proposta, são os produtos e artefatos resultados dessa narrativa o que nos interessa compreender e analisar. Nesse sentido, nos afastamos de uma análise da literatura de testemunho para nos aproximar de uma antropologia das práticas que se interessa pela construção da memória e seus efeitos nas práticas sociais.

Dessa forma, a análise que ora se propõe, volta-se para as narrativas que foram elaboradas a partir da experiência do *Massacre* do Carandiru, tendo sido publicadas em forma de livros, o que permitiu a um público mais amplo – para além da prisão e da academia – o conhecimento sobre os eventos que tomaram conta do Pavilhão 9 no dia 2 de outubro de 1992. A metodologia, no entanto, volta-se para uma antropologia das práticas ancorada na elaboração de narrativas, pautada na elaboração das seguintes questões: o que se narra? Como se narra? O que se constrói e o que se faz a partir das narrativas? Em que medida as narrativas são transformadas em artefatos? Em que condições essas narrativas são elaboradas e como esse contexto as constrange? Estas são questões fundamentais para a compreensão da experiência da violência e sobre as formas pelas quais a violência pode ser representada e compreendida, tendo em vista a experiência prisional e sua elaboração por parte dos sujeitos presos.

Entre diversas narrativas do *Massacre* que têm como princípio a experiência da violência, as narrativas de André Du Rap, elaborada a partir dos livros *Sobrevivente André Du Rap*, de André Du Rap e Bruno Zeni, e *Pavilhão 9 – Paixão e Morte no Carandiru*, de Hosmany Ramos, foram elaboradas com base na interlocução entre dois sujeitos. Em *Sobrevivente André Du Rap*, Bruno Zeni, jornalista e doutor em literatura, entrevista André Du Rap e, a partir desse diálogo, a narrativa do Massacre é elaborada. O livro, resultado final do encontro entre André Du Rap e Bruno Zeni, conta com uma estrutura diversificada, sendo formada por entrevistas, fala livre, depoimentos e cartas de amigos, fotografias, o projeto do livro, no entanto, foi elaborado conjuntamente por Bruno Zeni e André Du Rap. Já *Pavilhão 9 – Paixão e Morte no Carandiru*, de Hosmany Ramos, é um livro de contos, sendo que todos eles tocam a temática do cárcere e da violência urbana. O último conto do volume, que traz o mesmo nome do título da obra, foi produzido a partir da interlocução de Milton Marques Vianna, sobrevivente do *Massacre*, e Hosmany Ramos, autor do livro.

Ainda que outras obras tenham sido produzidas a partir do Massacre do Carandiru, como indico em outros trabalhos (TAETS SILVA, 2020), essas duas obras tematizam o *Massacre*, construindo uma narrativa que dá conta da experiência da violência extrema. A narrativa elaborada nessas duas obras é pautada na elaboração de uma memória dos mortos, o que não aparece, de forma tão evidente e objetiva em outras obras que também tematizam o *Massacre* do Carandiru. Se em outros lugares os autores sobreviventes narram suas experiências do Massacre, André Du Rap e Hosmany Ramos priorizam, nas obras em questão, a fala dos companheiros mortos, dando voz e memória àqueles que foram assassinados em 2 de outubro de 1992. A partir da análise conjunta dessas duas narrativas, é possível compreender como tais obras elaboram a memória do evento traumático, relacionando a experiência individual com o imaginário social da violência.

2 Um Memorial aos Mortos: o *Massacre* como um mapa para a memória

A memória sobre o *Massacre* do Carandiru – a recordação sobre o evento e a reconstrução da vida cotidiana – foi sendo construída juntamente com a elaboração de um imaginário sobre a prisão. Apesar dessa dupla elaboração, é possível dizer que o *Massacre* é o evento catalisador de narrativas sobre a prisão, funcionando como um *tropos* do imaginário social sobre o cárcere. Isso é o que nos permite compreender a leitura de dois livros: *Sobrevivente André Du Rap (do Massacre do Carandiru)* e *Pavilhão 9 – Paixão e Morte no Carandiru*.

O *Massacre*, como um evento crítico, proporciona a base a partir da qual várias memórias podem ser construídas. Ao se debruçar sobre as técnicas de meditação monástica medieval em busca da construção de imagens do pensamento, Marry Carruthers (2011) sugere que a memória não é algo estático, nem mesmo funciona como um simples acúmulo de recordações, antes, são *tropos*, lugares a partir dos quais as pessoas constroem recordações, entendimentos e interpretações, o que aponta para o caráter inventivo da memória. Esse conceito de memória como “res” – uma memória que “faz” coisas – parece bastante útil para pensarmos o *Massacre* não apenas como um evento, mas como um lugar da memória. O Pavilhão 9, local da tragédia, ficou completamente destruído; depois que os sobreviventes carregaram os cadáveres e lavaram os pavimentos, todos foram encaminhados para o pátio, sentados e enfileirados, nus e com as cabeças abaixadas por entre as pernas, formando uma das imagens mais icônicas do *Massacre*.

Figura 1 – "Relembre em imagens o Massacre do Carandiru", *Arquivo O Globo*

Fonte: Jornal O Globo (2013)

Se a imagem, tomada do alto, da quadra de cimento formada por fileiras de homens nus, com as cabeças baixas entre os joelhos, rodeados por policiais, expressa e sintetiza a ideia do *Massacre* para muitos⁶, para aqueles que formaram essas fileiras – aqueles que apenas enxergavam a sua frente a nuca do colega também sobrevivente – o evento seguramente produziu outras imagens, remetendo a outros lugares e sentidos⁷. A experiência do *Massacre* cria um entendimento diverso e, portanto, uma memória diferente para aqueles que o vivenciaram, como não poderia deixar de ser. É tentando perscrutar essas significações outras que analiso os volumes mencionados, tomando-os como narrativas que partem do *Massacre* e a partir dele constroem entendimentos diversos sobre a tragédia e sobre a experiência prisional mais ampla.

3 Listas, Números, Nomes: memória, narrativas e experiência

José André de Araújo e Milton Marques Viana estavam presos no Pavilhão 9, no Carandiru, no dia em que a Polícia Militar recebeu ordens superiores para invadir o presídio e abafar uma suposta rebelião, operação que culminou, oficialmente, na morte de 111 presos. José André e Milton Marques não fizeram parte das estatísticas dos mortos,

⁶ Esta é, por sinal, a imagem que primeiro me remete ao *Massacre* do Carandiru. Sendo ainda criança quando o evento ocorreu (eu tinha em torno de 10 anos), a imagem mental que se formou em mim eram as fileiras de homens nus, que eu achava que eram os 111. Imagem que também me vinha à mente quando ouvia a música de Gil e Caetano, *Haiti*: "E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo/diante da chacina/111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos / ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres".

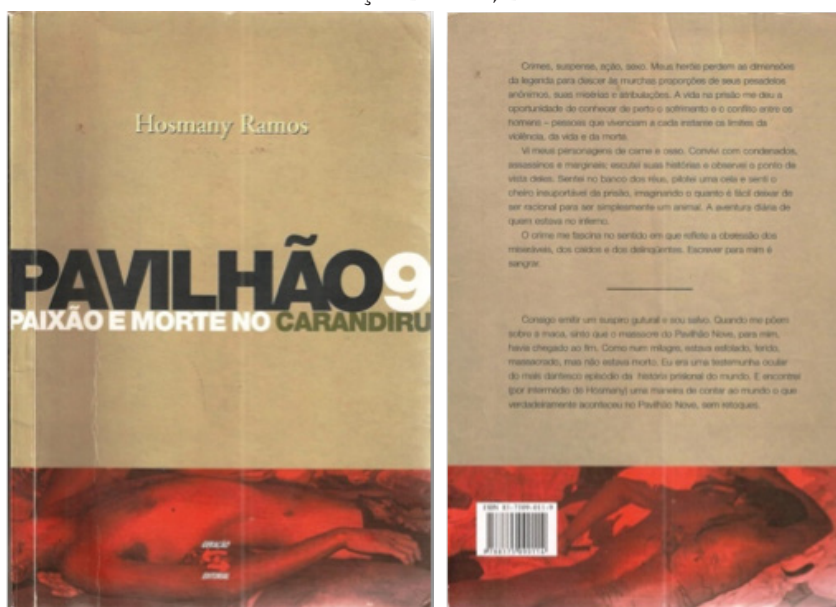
⁷ Em outra situação, trago outras imagens e narrativas do *Massacre*, como as imagens do Pavilhão 9 ao ser demolido no ano de 2002 por Geraldo Alkmin, imagem que é também bastante significativa para a construção de um imaginário sobre o Carandiru – ver Taets Silva (2020).

mas engrossaram as fileiras dos feridos, que ultrapassaram a cifra de 400. Ambos são sobreviventes – sobreviventes do *Massacre* – como muitos outros.

José André de Araújo, conhecido como André Du Rap, elaborou com o jornalista e doutor em literatura, Bruno Zeni, uma narrativa sobre o *Massacre*, pedra de toque do livro publicado pela Labortexto Editorial, no ano de 2002, que faz referência já no título à figura do sobrevivente: *Sobrevivente André Du Rap (do Massacre do Carandiru)*. Milton Marques, por sua vez, relatou sua experiência como sobrevivente ao *Massacre* para o escritor e presidiário Hosmany Ramos, que se ocupou de transformar esse relato em uma narrativa publicada como conto no livro *Pavilhão 9 – Paixão e Morte no Carandiru*, sendo que o conto leva o mesmo nome do livro, publicado em 2001 pela Geração Editorial.

O *Massacre* e os sobreviventes que narram a trágica história vivida aproximam os livros em questão: no livro de André Du Rap e Bruno Zeni, o próprio título reforça a ideia do *Massacre* e o narrador como sobrevivente; já no volume assinado por Hosmany Ramos, embora o título traga apenas o nome do pavilhão onde ocorreu o *Massacre*, a capa e contracapa mostram a foto de dois corpos nus, mortos, estirados no chão e com sinais de ferimentos à bala, no abdômen e nas costas, o que remete ao *Massacre*.

Figura 2 – Capa e contracapa do livro *Pavilhão 9, Paixão e Morte no Carandiru*, de Hosmany Ramos, Geração Editorial, 2001



Fonte: Ramos (2001) – Capa de Victor Burton

André Du Rap e Milton Marques não foram os únicos a relatarem, em forma de livro, os acontecimentos daquele 2 de outubro. Há um grande número de narrativas daquele evento, elaboradas a partir de formas diversas, buscando dar conta da sequência dos acontecimentos e dos sentidos construídos para que viesse a ocorrer, como assinalamos antes. Mas o que chama a atenção nesses dois relatos é o relato da experiência, o que os aproxima das narrativas de testemunho, pois se voltam para a experiência vivida do evento, que os converte em sobreviventes.

Ao se colocarem a tarefa de narrar a tragédia que assolou o Pavilhão 9 naquele dois de outubro, André Du Rap e Milton Marques dão início à narrativa lembrando-se, em

primeiro lugar, daqueles que morreram ao lado de cada um: apesar do número de vítimas ter sido contabilizado pouco tempo depois do evento, a memória sobre os 111 mortos não foi elaborada de uma só vez. Ao retornarem ao lugar da desolação, eles contam histórias, relatam aquilo que viram e ouviram, juntam fragmentos e procuram criar uma ideia de conjunto: um morto que se junta a outro, um nome que é lembrado ao lado dos demais, corpos que vão sendo identificados, um a um. O *Massacre* ganha corpo e forma ao ser transformado em narrativa. Essa tarefa de narrar a tragédia, que se assemelha ao um dever moral, como veremos à frente, apresenta-se de forma bastante intensa nos escritos de Primo Lévi (SOARES, 2012), como sobrevivente do Holocausto judeu. E o questionamento que esse autor se faz sobre a vida e a morte, acompanhado da falta de compreensão sobre a morte – extrema, desumana – e sobre a vida – sorte? Azar? – lança luz sobre as narrativas de André Du Rap e Milton Marques: falar dos mortos e sobre os mortos é buscar compreender a razão da vida, da sobrevivência, é, como depreendemos de Primo Lévi, expurgar a vergonha ou a culpa por ter sido poupado da morte enquanto muitos morreram ao lado.

Milton Marques comemorou, em 2 de outubro de 1995, três anos de sua nova vida. Já na Penitenciária de Avaré, para onde foi transferido depois do *Massacre*, conheceu Hosmany Ramos, que ali se encontrava. Marques pede, então, a Ramos que escreva a sua história, a *sua* história do *Massacre*. Para Veena Das (2011), o passar do tempo é algo fundamental para que as narrativas do horror possam ser elaboradas, tendo em vista que é ao longo do tempo que o entendimento sobre as experiências dolorosas vai sendo construído e compartilhado, o que permite, então, a elaboração das narrativas. Já Fassin e Rechtman (2009), ao se voltarem para a noção de trauma, afirmam que a memória do trauma só se constitui em um momento posterior, em que o indivíduo que sofreu uma experiência limite consegue interligar a sua experiência individual à memória coletiva. O passar do tempo, portanto, é um elemento fundamental, segundo esses autores, para a elaboração das narrativas e da memória sobre o evento trágico.

Passaram-se três anos para que a narrativa de Marques fosse construída. A memória de sua experiência junta-se a outras memórias, de outros presos sobreviventes e assume o caráter de testemunho, já que Marques se coloca como um porta-voz daqueles que não sobreviveram e, mais do que isso, sua narrativa deveria se converter em instrumento de produção de memória, arma contra o esquecimento, é o que pode se depreender de sua fala, que assume a forma textual a partir da escrita de Hosmany Ramos (2001, p. 230):

Não sei por que Deus salvou minha vida, quando todos os meus companheiros de xadrez morreram. Senti-me na obrigação de contar minha versão. Não para criticar o sistema, mas para alertar futuras gerações e prevenir novos massacres.

Os sobreviventes do Holocausto se colocam diante de um questionamento similar ao enunciado por Marques, como sabemos. Os estudos sobre a literatura de testemunho mostram que uma das marcas do relato traumático dos sobreviventes do genocídio judeu é uma espécie de culpa por não terem sucumbido à mesma sorte de seus companheiros, como afirma Selligman-Silva (2008, p. 75). Nesse sentido, narrar o trauma é narrar pelos outros, em nome dos outros, daqueles que não sobreviveram e por isso mesmo não

podem falar (SOARES, 2012). A culpa, no entanto, coloca o relato desses sobreviventes sob relativa suspeita: de quem é a narrativa? De quem é a experiência relatada? É aquela do próprio sobrevivente? Ou a de outros que não podem mais falar?

André Du Rap recorre à divindade para dar sentido ao fato de sua sobrevivência. Deus, portanto, é acionado para conferir sentido àquilo que parece aleatório: por que uns morreram e outros não? Em suas palavras:

Acho que Deus tinha um propósito na minha vida, um propósito em me tirar daquele lugar, como na vida de muitos companheiros que também sobreviveram. Teve um momento em que os policiais atiravam e não saía mais bala. Eles apertavam o gatilho das metralhadoras e só patinava, não saía mais nada. Foi um milagre. Naquele momento, Deus colocou a mão sobre várias cabeças, olhou por nós. Acho que foi a mão de Deus que salvou a vida de muitos ali. Acho que Deus quis resgatar algumas pessoas e mostrar que a mão Dele é mais forte que a mão do homem. (DU RAP; ZENI, 2002, p. 26-27)

Ao explicar a sobrevivência pela eleição divina, André Du Rap resolve, de certa forma, a questão da culpa relatada por Selligman-Silva em relação aos sobreviventes do Holocausto: foi Deus quem escolheu os vivos e os mortos. A escolha de André pela explicação espiritual assemelha-se ao apego à espiritualidade, relatada por Victora e Siqueira (2018), no caso dos pais e mães das vítimas da Boate Kiss. Se, por um lado, pais e mães de vítimas buscavam compreensão e alívio para o sofrimento pela tragédia a partir da luta pela justiça e memória dos mortos, outros pais e mães, como indicam as autoras, buscaram a reconstrução da vida e a compreensão do evento trágico por meio da adesão à fé espírita, que na vertente kardecista encontrava razões não só para a vida, mas também para a morte, algo próximo daquilo que André expõe ao se reconhecer como um eleito divino para a vida. Mas ao se reconhecer como tal, André se vê diante do dever de falar sobre os mortos e pelos mortos.

Às vezes me vejo naquele dia, lembro de como começou, um amigo de cela falando, alguém dizendo:

– Ô, André, hoje é seu aniversário, mano! Segunda-feira eu vou embora, vou mandar um presente pra você aí, de lá de fora.

Esse amigo morreu na minha frente, tomou mais de 18 tiros de metralhadora na minha frente. Vi o cara caído e não podia fazer nada. Tinha companheiro ali, como ele, que tava pra sair. [...] É um pedaço da minha vida e eu tenho que estar aberto para falar disso. Foi um fato que aconteceu e está escrito na história do país. (DU RAP; ZENI, 2002, p. 26)

Milton Marques afirma que é preciso falar sobre o *Massacre* para que ele não se repita. André, por sua vez, diz que aquilo que viveu faz parte da história do país. Narrar, portanto, é construir um futuro em que massacres não mais aconteçam; é falar pelos outros, aqueles que morreram; é contar a história do país. Depois de oferecerem uma justificativa para suas narrativas – oferecendo um sentido específico ao relato que produzem – os autores passam a contabilizar os mortos, nomeando-os e localizando suas mortes, como forma de dar corpo à tragédia, construindo um novo lugar de memória: um memorial aos mortos.

Para os sobreviventes do *Massacre*, o retorno ao Carandiru contou com a presença de uma memória dolorosa – a memória do *Massacre* –, mas também com inúmeras ausências: a ausência daqueles que morreram. Os corpos foram contabilizados já no primeiro dia depois da tragédia: 111 mortos. Estes corpos, levados ao IML, foram abertos, sofreram a autópsia e receberam um número (ironicamente, como os presos vivos recebem um número, os mortos do Carandiru também receberam) e ficaram à espera de algum reconhecimento, para que se tornassem, então, *pessoas*, pessoas mortas, certamente, mas com um nome. A partir dos números, temos apenas cadáveres, como sugere Thomas (1989); apenas depois do reconhecimento dos familiares que os cadáveres se tornarão corpos – corpos ligados a um sujeito – e poderão, finalmente, ser velados⁸.

Figura 3 – Corpos de presos massacrados pela PM na Casa de Detenção (Carandiru) autopsiados no IML



Fonte: Estadão (2014)

Depois de receberem números, se inicia então o difícil trabalho de identificação dos corpos. Durante a rebelião, familiares de presos ficaram de prontidão ao longo de toda a tarde e noite no portão da Casa de Detenção. As informações que receberam eram de que apenas oito presos haviam sido mortos durante a intervenção da PM, como noticiou o jornal *O Globo*⁹. Assim que os números oficiais foram divulgados, os familiares precisaram, então, buscar seus parentes – filhos, maridos, pais – entre os vivos e os mortos. Jacy Lima de Oliveira, outro sobrevivente do *Massacre*, afirma, em entrevista ao portal G1 no dia 2 de outubro de 2012, quando o evento completou 20 anos, que até aquele momento,

⁸ Há relatos de agentes prisionais que trabalhavam no Carandiru à época, assim como de sobreviventes ao *Massacre*, de caráter não oficial, de que o número de mortos foi maior que os 111. Os mortos não contabilizados seriam aqueles que ninguém reclamou a morte: presos de outros estados, de lugares distantes de São Paulo, que os familiares não puderam reclamar. Sobre esses corpos e essas mortes, nada se pode dizer, nada se pode saber ao certo.

⁹ “No dia do *Massacre*, as autoridades divulgaram que apenas oito presos morreram no Carandiru”, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/relembre-em-imagens-massacre-do-carandiru-8056011>. Acesso em: 22 maio 2018.

havia famílias procurando os filhos no sistema carcerário, já que os números oficiais não deram conta de todas as mortes ocorridas no *Massacre*¹⁰.

Ao retornarem à Casa de Detenção, após curto período de recuperação em hospitais paulistas, os presos sobreviventes foram alocados em outros pavilhões, e é então que iniciam o doloroso trabalho de reconhecimento dos ausentes, relatando o que viram e viveram, relembando os mortos e suas mortes. Mortos que vão sendo reconhecidos a partir da ausência (não porque agora se encontram livres, como seria o caso do companheiro de André Du Rap, que sairia em liberdade na semana seguinte do *Massacre* e que foi morto pelos policiais, como visto no excerto de André Du Rap, acima); não há, ali, a presença de corpos a serem velados, apenas a lembrança dos companheiros sendo atingidos por tiros, facas, socos, pontapés e mordidas de cachorro. O retorno ao Carandiru é, assim, a chegada a um lugar de ausência.

E é no espaço-tempo composto da falta que são construídos memoriais e narrativas, que versam sobre os mortos e os vivos; sobre o lugar da ausência e também o cotidiano que deve ser reconstruído; sobre as vidas que prosseguem e o mundo possível que passam a habitar (DAS, 2005). Milton Marques contabiliza os mortos e mortes, narrando o local e a maneira como seus companheiros foram mortos:

O policial ferido começa a gritar dizendo que foi atingido por uma bala disparada por um dos presos. Estouram a porta do xadrez 252-E e metralham todos. Alexandre Nunes, Carlos Silvano, Cláudio Carvalho, Douglas Brito, Êmerson Pontes e Grinário Valério estavam mortos e silenciados. (RAMOS, 2001, p. 254 e 255)

Os mortos, no relato de Milton Marques, possuem nome e sobrenome, tão diferentes dos números marcados sobre a pele dos cadáveres, e distintos também da maneira como foram tratados no momento de suas mortes; diz André Du Rap:

Eles [os policiais] gritavam:

– Vai, ladrão! Vai, zé! Corre, corre, filho da puta! – não chamavam a gente por nome, não, era só ‘zé’, ‘ladrão’, xingando – ‘filho da puta!’.

[...]

– Tem alguém ferido? – eles perguntaram uma hora.

– Eu, eu...

– Ah, é? Ladrão, você não morreu ainda, não? Então toma.

E atiravam na cabeça, no peito. (DU RAP; ZENI, 2002, p. 22-23)

Milton Marques, o narrador do texto de Ramos, prossegue com a narrativa do *Massacre*, continuando a dar nomes àqueles que foram atingidos pelos PMs:

Outro xadrez em frente é invadido. Balas de grosso calibre perfuram colhões e tiram lascas das paredes. Jorge Sakai, José Marcolino, Luiz Granja, Marcos Sérgio, Mauro Batista e Reginaldo Judici saem apavorados com as mãos para cima. Luiz Granja é atingido a queima roupa e o impacto joga-o no canto da parede. Ele cai e estrebucha como uma ave degolada. (RAMOS, 2001, p. 254)

¹⁰ Portal G1, “Estou vivo por um milagre”, 2/10/2012, disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/10/estou-vivo-por-um-milagre-diz-sobrevivente-do-carandiru.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

Na narrativa de Marques, nomes e sobrenomes associam-se a sujeitos levando tiros, rajadas de metralhadora, baionetadas etc. Ao final do texto, estes figuram numa lista, em ordem alfabética, numerados do um ao 111. A mesma lista que foi lida por 24 horas pelos *performances* e por Nuno Ramos no ato público nomeado de *Vigília 111*¹¹. A mesma lista que se transformou em 111 cruzeiros fincadas no chão à frente da Faculdade de Direito Largo de São Francisco, em oito de abril de 2013, dia em que estava previsto o julgamento de 26 dos 79 policiais acusados pelo *Massacre*.

Figura 4 – Cruzeiros instaladas pelos estudantes de direito da Universidade de São Paulo (USP) em frente ao prédio da faculdade, no centro da capital, para lembrar o número de presos mortos por policiais militares na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992



Fonte: Portal EBC (2013) – Foto de Marcelo Camargo/ABr

A lista lida pelos artistas por vinte e quatro horas ininterruptas, ou as cruzeiros com os nomes dos 111 presos mortos à frente da Faculdade de Direito da USP, e outros monumentos aos mortos do *Massacre*, buscam construir uma memória social frente a um escândalo do sistema prisional brasileiro, descartando a possibilidade do esquecimento, fazendo lembrar. Tanto a lista quanto as cruzeiros não dizem nada sobre a subjetividade daqueles que morreram, não os identificam como sujeitos, não conferem a eles um rosto ou uma história. Relembrar os mortos, dessa forma, é ação voltada para o futuro: buscar compreender um número – 111 – e recordá-lo para que não seja esquecido e que não volte a acontecer. É Goody (2012) quem nos ensina que as listas são categorizações escritas que

¹¹ No dia em que o *Massacre* completou vinte anos, em 2 de outubro de 2012, Nuno Ramos realizou uma ação na 30ª Bienal de São Paulo, intitulada *24 Horas 111*. A ação consistiu na leitura ininterrupta, por vinte e quatro horas, dos nomes dos 111 presos assassinados naquele evento. A leitura foi realizada por vinte e quatro pessoas diferentes, que declamaram a lista por uma hora. O pronunciamento foi ao ar pela Móvil Rádío BSP, a estação temporária de rádio-arte da Bienal. Essa leitura ininterrupta foi retomada no dia 2 de novembro de 2016 e recebeu o título de *Vigília 111*, dessa vez, artistas, intelectuais e ativistas, entre eles Zé Celso, Ferréz, Paulo Miklos, Bárbara Paz, Laerte, Marcelo Tas, Rita Cadillac, Marina Person, pronunciaram os 111 nomes dos presos assassinados no *Massacre*, durante 24 horas.

não se relacionam à linguagem oral, como à primeira vista tendemos a pensar. Ao contrário, a lista faz justamente o que a fala não pode fazer, sendo voltada para registros numéricos, de eventos ou pessoas. A lista não é, portanto, uma representação, mas um registro, indica o autor. A lista dos nomes das vítimas do Carandiru, reiterada em contextos diversos, longe de representar e ou descrever, registra, inscreve; devendo ser compreendida como uma categorização, e não como narrativa. A lista dos nomes dos mortos do Carandiru, como um dispositivo de memória, assemelha-se ao Memorial do Vietnã, monumento aos mortos na Guerra do Vietnã, erguido na cidade de Washington, DC, descrito por Carruthers (2011), que se apresenta como uma lista infindável de nomes de pessoas que morreram na guerra em questão, inscritos em um enorme muro. A autora usa esse memorial como um exemplo daquilo que ela chama de “memória rerum”, a memória que faz coisas a partir de materiais dados. A lista, no caso do Memorial do Vietnã, mas também no *Massacre* do Carandiru, funciona como um dispositivo de memória a partir do qual diferentes leitores acessam recordações diversas, construindo uma memória pessoal a partir de uma imagem socialmente produzida. Não por acaso, a leitura dos nomes das vítimas como lugar de memória também foi organizada pelos familiares e sobreviventes do incêndio da Boate Kiss, em Santa Maria: na noite do aniversário de um ano da tragédia, um ato foi realizado em frente à Boate, e contou com 242 velas acesas, representando cada uma das vítimas, e às seis horas da noite, houve então a leitura dos nomes das vítimas, como homenagem.

De modos distintos, no entanto, as listas e as narrativas fazem lembrar. A lista enumera, contabiliza e, ao fazê-lo, permite a construção de um lugar da memória a partir do qual diferentes atores constroem entendimentos diversos sobre o evento. A narrativa, por sua vez, apropria-se desse lugar da memória a partir de uma experiência pessoal, dando sentido aos nomes presentes na lista, indicando suas histórias, emoções, os lugares ocupados no momento de suas mortes, os amigos presentes, que compartilhavam o mesmo terror, como nos mostram as narrativas do *Massacre*, descritas por André Du Rap e Hosmany Ramos, quando este dá voz a Milton Marques. Tanto a lista quanto a narrativa, como lugares da memória, não se encontram no passado, mas fornecem as bases para a elaboração criativa de um presente e um futuro. Para Milton Marques e André Du Rap (e outros sobreviventes) lembrar os mortos é construir um presente possível, é poder voltar a viver no lugar da desolação e do horror; implica contabilizar as ausências, compreender o caminho da bala que atingiu o colega ao lado, mas que lhes poupou da morte. Narrar os mortos é falar por eles, é lembrar também que eles estariam ausentes dali a uma semana, não pela morte, mas pela liberdade a ser alcançada. Lembrar os mortos é dar nome aos cadáveres, é garantir o direito ao luto, afirmando que esses homens – aos quais as designações de ladrões, traficantes, assassinos e outras homogeneizam e despersonalizam – são seres humanos e merecem ter suas mortes lamentadas. Lembrar os mortos é, pois, elaborar uma política do luto, assim como nos lembra Judith Butler (2016) ao demonstrar como os sujeitos podem ser humanizados – considerados sujeitos humanos, e não apenas seres vivos – no momento em que suas mortes são lamentadas. Negar o direito ao luto é, segundo a autora, não reconhecer a humanidade de um sujeito: ao lembrar os mortos, nomeando cada um deles, construindo narrativas e produzindo subjetividades das vítimas do *Massacre*, André Du Rap e Milton Marques tornam seus companheiros humanos.

4 Considerações Finais

As narrativas do Massacre do Carandiru “fazem” muitas coisas: constroem um entendimento sobre a lógica prisional, explicitam os muitos vieses da violência policial contra grupos prisionais, elaboram uma memória sobre a violência e o terror e também, como vimos, edificam um memorial sobre os mortos do sistema prisional. Falar ou narrar sobre o Massacre é, para André Du Rap e Marques Vianna, lembrar os mortos.

As narrativas do Massacre do Carandiru, no entanto, podem servir de ponte para a compreensão sobre outros eventos críticos na sociedade brasileira, não como mapa de acontecimentos ou significados, mas como pistas da experiência de sujeitos específicos em relação à violência experimentada. Se é por meio das narrativas da violência e a partir do trabalho do tempo, como nos indica Veena Das, que hoje, passados aproximadamente 30 anos, podemos construir uma compreensão dos eventos trágicos e violentos que assolaram o Pavilhão 9 do Carandiru, em outubro de 1992, talvez seja daqui a alguns anos que possamos tomar conhecimento das experiências trágicas e de horror que a sociedade brasileira vivencia hoje, tanto nos presídios brasileiros, como em muitos outros lugares. A violência experimentada, tão logo experimentada, transforma-se em números: estatísticas de violência, vítimas de violência. A compreensão do evento, no entanto, só pode ser compreendida ao longo do tempo, quando grupos e sujeitos retornam ao cotidiano e reconstróem suas vidas, reconstruindo aquilo que é possível e identificando, portanto, o mundo e suas possibilidades. É pela palavra, pela narrativa, que André Du Rap e Milton Marques Vianna buscam construir um mundo onde Massacres do Carandiru não tenham mais lugar.

Referências

- BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARRUTHERS, M. **A técnica do pensamento**. Meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200). São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **RBCS**, [s.l.], v. 14, n. 40, p. 31-42, julho de 1999.
- DAS, V. **Life and words**. Violence and the descent into the ordinary. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 2007.
- DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, [s.l.], v. 37, p. 9-41, julho-dezembro de 2011.
- EBC, Portal. **Cruzes com os nomes dos 111 mortos lembram Massacre do Carandiru**. Agência Brasil, 2013.
- ESTADÃO, Jornal. **Blog Roldão Arruda**, 2014.
- FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **The empire of trauma**: An Inquiry into the Condition of Victimhood. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- GOODY, J. **A domesticação da mente selvagem**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- O GLOBO, Jornal. **Relembre em imagens o Massacre do Carandiru**, Arquivo O Globo, 2013.

POLLAK, M. A gestão do indizível. **WebMosaica – Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 9-49, jan-jun, 2010.

RAMOS, H. **Pavilhão 9: Paixão e Morte no Carandiru**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

RAP, A. D.; ZENI, B. (Coord. Editorial). **Sobrevivente André Du Rap: (do Massacre do Carandiru)**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SOARES, G. A. Os tormentos da memória: trauma e narrativa nos escritos de Primo Lévi. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 911-927, jul.-dez. 2012.

TAETS SILVA, A. R. F. Como ler um texto da prisão: tensões, conflito e interpretação na prática da escrita no cárcere. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 325-342, 2019.

TAETS SILVA, A. R. F. Narrar de dentro, narrar de fora: memória, experiência e cotidiano a partir das narrativas do Massacre do Carandiru. **Cadernos do Leeparq**, [s.l.], v. XVII, n. 33, p. 7-25, jan.-jun. 2020.

THOMAS, L. V. **El cadáver: de la biología a la Antropología**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

VICTORA, C.; SIQUEIRA, M. D. Na sequência da tragédia: sofrimento e a vida após o incêndio da Boate Kiss. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 44, p. 178-201, 1º sem. 2018.

Adriana Rezende Faria Taets Silva

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo/USP. Professora no Centro Universitário de Itajubá. Realiza pesquisas sobre narrativas, memórias e violência.

Endereço profissional: Avenida Doutor Braga Filho, n. 687, Itajubá, MG. CEP: 37501-002.

E-mail: adriana.taets@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8185-4953>

Como referenciar este artigo:

TAETS SILVA, Adriana Rezende Faria. “Você não morreu ainda?” – Narrativa, Experiência e Memória a partir do Massacre do Carandiru. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, n. 2, e81208, p. 74-89, maio de 2022.